

PROTESTOS Entidades e movimentos populares definem calendário de ações

Movimentos farão atos em Salvador por impeachment

DA REDAÇÃO

Partidos e coletivos de esquerda realizaram uma plenária na quarta-feira (27), com o objetivo de realizar atos em Salvador defendendo o impeachment do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Organizada em parceria com entidades, frentes e movimentos populares, a plenária, intitulada "Fora Bolsonaro de Salvador", definiu a realização de protestos para fevereiro na capital baiana. O encontro contou com a participação de 321 pessoas, representando 68 entidades, que aprovaram um calendário de atos e atividades pró-impeachment com culminância na carreta marcada para o dia 21 de fevereiro. Baseada em três pontos

principais, vacina pelo SUS, emprego e renda emergencial e o impeachment de Bolsonaro, a plenária definiu medidas organizativas. Entre elas, a consolidação da campanha "Fora Bolsonaro"; a formação de comitês populares de saúde; e a conscientização popular sobre os temas da campanha. A ação tem como objetivo "defender os direitos humanos, a luta ambiental, os direitos indígenas, combater o racismo e o machismo e a LGBTfobia.

Movimento nacional A mobilização local faz parte de ações nacionais contra o governo Bolsonaro, que ressaltam que o presidente cometeu crime de responsabilidade na condução da crise sanitária oriunda da pandemia da Covid-19.



Partidos e coletivos de esquerda realizaram uma plenária na última quarta-feira

O presidente do PT de Salvador, um dos responsáveis pela organização dos atos, destacou a importância da mobilização. "Está cada dia

mais insustentável a permanência de Bolsonaro na Presidência da República. Além do descaço com a saúde, do boicote à vacina, a crise econômica, a falta de empregos e o retrocesso nos direitos garantidos, o governo Bolsonaro gasta mais de um bilhão em chiclete, leite condensado, achocolatado, pizza e não quer pagar R\$ 600,00 do auxílio emergencial. É absurdo. Impeachment e o fim de todo esse governo já", declarou.

Para Ângela Guimarães, presidente nacional da Unegro e da Frente Brasil Po-

pular, "o governo Bolsonaro está imerso em corrupção, é o pior governo do mundo no enfrentamento à pandemia e não tem condições de continuar à frente da nação".

Além dos dirigentes do PsoL, PCdoB, PSB, PCO e PT, participaram da plenária as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, e diversas entidades, representando movimentos de mulheres, quilombolas, juventes, movimentos negros, LGBTQIA+, centrais sindicais, ambientalistas, seguimentos religiosos, lideranças comunitárias e movimentos populares.

SALVADOR

Bruno condena ataques de Bolsonaro à imprensa

FERNANDO VALVERDE

O prefeito Bruno Reis (DEM) criticou o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), no episódio onde o presidente atacou a imprensa do país. Durante um evento privado, na 4ª-feira, 27, ao comentar sobre os gastos excessivos com alimentação divulgados, o presidente afirmou que o leite condensado seria destinado a "enfiar no *** da imprensa".

Para Bruno, investidas contra os meios de comunicação são "desserviço". "Acho que o presidente Bolsonaro está prestando um desserviço à democracia. A participação da imprensa no processo democrático é fundamental", afirmou o prefeito.

Para Bruno, investida contra meios de comunicação é "desserviço" à democracia

CANABRAVA

Vereadores criticam processo de reintegração de posse de terreno

CÁSSIO SANTANA

Vereadores de Salvador criticam o processo de reintegração de posse de um terreno baldio ocupado por 80 pessoas no bairro de Canabrava. As denúncias são de truculência e ameaças no processo que desalojou as famílias do local. Desde o dia 16 deste mês, o grupo ocupava o espaço localizado na Rua Armênio Castro Valente, ao lado do Colégio Papillon Nobre. A ação foi capitaneada pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia, que afirmou que os ocupantes do terreno são pais e mães de família que, durante a pandemia do novo coronavírus estão sem condições de pa-

gar aluguel e ficaram desabrigados. O movimento denuncia assédios de agentes das forças policiais, que, desde o início da ocupação, teriam visitado o local e feito ameaças. De acordo com um morador, só nos dois dias de ocupação, ocorreram três abordagens diferentes.

Na terça-feira, os ocupantes receberam um documento do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), de autoria do Banco Pan S/A e assinado pelo juiz de Direito Érico Rodrigues Vieira, exigindo a reintegração imediata do terreno. Na mesma noite, um incêndio atingiu a ocupação, queimando grande parte dos barracos.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Democracia Makota Valdina, vereadora Marta Rodrigues (PT), considerou extremamente "preocupante" a forma pela qual o processo de reintegração foi feito. "Em plena pandemia, vivendo em situações adversas, é totalmente inacreditável ver que um processo de reintegração de posse sem diálogo está acontecendo, com famílias sendo expulsas e colocadas nas ruas sem que os poderes e órgãos públicos atuem, sem que as famílias discutam seu direito à moradia digna", afirmou.

Para a vereadora, a questão ultrapassa o fato judicial e envolve o direito à vida e a



Occupante montava sua casa com material de pvc

dignidade humana, principalmente por estar em meio a uma pandemia. "O Movimento Nacional de Luta por Moradia é um movimento antigo de muita batalha, deve ser respeitado, assim como os trâmites legais, mas acima de tudo as leis que asseguram o direito à mo-

radia, considerado também direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos", disse. Para o vereador Hélio Pereira (PCdoB), a reintegração de posse, com denúncia de truculências e ameaças, sem qualquer diálogo com os ocupantes, "é uma falta de

sensibilidade muito grande com os que mais precisam". O vereador Augusto Vasconcelos (PCdoB) lembrou que a capital baiana tem um déficit habitacional muito grande e defendeu as famílias desalojadas. "Isso não deve ser caso de polícia e sim de política pública", disse. "Vamos pautar o assunto na Câmara", prometeu.

Defensoria Pública De acordo com o defensor público Alex Raposo, que atua no Núcleo Fundiário da Defensoria Pública do Estado da Bahia, as pessoas que foram retiradas do local estão sendo atendidas e as medidas judiciais cabíveis já estão sendo tomadas.

Public notices from the Municipality of Macaíba, including announcements for public works, council meetings, and electronic registration for various services.

Public notices from the Municipality of Coribe, including announcements for electronic registration for public works and council meetings.

Public notices from the Municipality of Lafaiete Coutinho, including announcements for electronic registration for public works and council meetings.